



ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2026

Às 18h02 do dia 25 de fevereiro de 2026, no Auditório Vereador José Nantala Bádue da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, localizado na Praça Hafiz Abi Chedid nº 125, sob a presidência do vereador Sidiney Guedes, teve início a 3ª audiência pública do corrente exercício, convocada pelo Edital nº 12/2026, para **Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º quadrimestre de 2025**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Finanças. Logo no início, foi registrada a presença do Sr. Francisco José Rocha, Secretário Municipal de Finanças, e do Sr. José Eduardo Pavan, contador. No ato de abertura da presente audiência, constavam cerca de 6 participantes, contando cidadãos presentes, assessoria parlamentar e/ou estagiários desta Casa, bem como representantes de outros órgãos ou instituições e membros da imprensa. A identificação constante deste documento segue o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), bem como mais especificamente as determinações constantes do Ato da Presidência nº 27, de 15 de maio de 2025, que adotou o Parecer Jurídico-Normativo nº 1/2025, que dispõe sobre o tratamento e compartilhamento de dados pessoais no âmbito da Câmara Municipal. Após as saudações iniciais, o Presidente **Sidiney** informou que a audiência estava sendo transmitida pelos canais de comunicação da Casa e que as pessoas podiam enviar questionamentos. Ato contínuo, passou a palavra ao Secretário **Francisco José Rocha**, que, utilizando o material que se encontra anexo a esta ata, deu início à apresentação. No primeiro quadro, mostrou o total da Receita Líquida atualizada, de R\$ 1.135.763.098,00, e o valor realizado no 3º quadrimestre, de R\$ 397.407.280,00, que corresponde a 34,99% do montante previsto para o exercício. Acrescentou que a Receita Corrente Líquida acumulada alcançou R\$ 1.207.332.609,00, correspondendo a 99,82% da previsão, enquanto a Receita de Capital alcançou os 100%, chegando a R\$ 19.802.441,00. Mencionou também a Receita Corrente Líquida do quadrimestre, no total de R\$ 415.491.641,00, correspondendo a 34,35% do valor previsto, e a Receita de Capital do mesmo período, de R\$ 9.226.894,00, que corresponde a 46,59% do total. Disse que ambas totalizam R\$ 424.718.535,00, valor que, após as deduções, inclusive do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, resulta em uma Receita Líquida de R\$ 397.407.280,00. Informou também que o montante acumulado em 2025 alcançou R\$ 1.136.324.563,00. Na sequência, mostrou um comparativo das Receitas por categoria, afirmando que no 3º quadrimestre de 2024 foram arrecadados R\$ 321.243.157,00 e que em 2025, no mesmo período, o montante foi de R\$ 397.407.280,00, o que representa um acréscimo de 23,70%, e disse que houve um aumento de 12,58% no total acumulado no exercício: de R\$ 1.009.263.088,00 em 2024 para R\$ 1.136.324.563,00 em 2025. Ato contínuo, mostrou as Receitas por natureza em 2024 e 2025, destacando que o valor das Transferências Correntes corresponde, notadamente, ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e depois exibiu um demonstrativo das principais Receitas, que totalizaram R\$ 816.457.058,00 em 2025, sendo que R\$ 263.097.851,00 foram arrecadados no 3º quadrimestre, representando 32,22% em relação ao total. No quadro seguinte, o Secretário **Francisco José Rocha** mostrou um comparativo dessas principais Receitas nos anos de 2024 e 2025, destacando que no 3º quadrimestre de 2024 foram arrecadados R\$ 221.409.050,00 e no 3º



quadrimestre de 2025 o montante atingiu R\$ 263.097.851,00, o que indica um acréscimo de 18,82%, e disse que houve um aumento de 10,50% no acumulado do ano: de R\$ 738.835.726,00 em 2024 para R\$ 816.453.765,00 em 2025. Comentou que as Receitas do município, tanto as próprias como as transferidas, apresentaram bom desempenho, tendo em vista que a previsão inicial era de R\$ 1.044.540.000,00 e foram arrecadados R\$ 1.136.324.563,00. Ato contínuo, falou sobre as Despesas Orçamentárias, cuja dotação atualizada alcançou R\$ 1.154.523.976,00, e mostrou as Despesas Correntes empenhadas no quadrimestre, no valor de R\$ 250.693.059,00. Com relação às Despesas de Capital, explicou que houve um cancelamento dos empenhos no final do ano, no total de R\$ 16.389.633,00. Apresentou também os valores liquidados no quadrimestre - R\$ 366.643.710,00 em Despesas Correntes e R\$ 23.092.082,00 em Despesas de Capital, somando R\$ 389.735.792,00 - e esclareceu que o valor total empenhado, de R\$ 234.303.426,00, é inferior ao liquidado porque o empenhamento refere-se à Folha de Pagamento. No total acumulado, mostrou que foram empenhados R\$ 1.011.916.723,00 em 2025 e liquidados R\$ 980.425.776,00, que representam 84,92% do empenhado. Em seguida, apresentou as Despesas por natureza e por categoria nos anos de 2024 e 2025, indicando que houve uma redução de 9,05% nos valores empenhados - de R\$ 1.112.622.401,00 em 2024 para R\$ 1.011.916.723,00 em 2025 - e de 6% nos valores liquidados - de R\$ 1.043.114.740,00 em 2024 para R\$ 980.425.776,00 em 2025. Nos quadros seguintes, mostrou as Despesas por função de governo, um comparativo entre essas Despesas em 2024 e 2025 e o Resultado Orçamentário por entidade. Falou também sobre os Restos a Pagar e mencionou que o saldo até 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 27.871.701,00 processados e R\$ 31.772.526,00 não processados, totalizando aproximadamente 59 milhões de reais. Disse que a Câmara Municipal contribuiu com uma quantia pequena, de R\$ 424.555,00 processados e R\$ 2.487.744,00 não processados, e explicou que os valores processados correspondem a despesas liquidadas que ainda não foram pagas, enquanto os não processados se referem a despesas realizadas cuja nota fiscal ainda não foi recebida, razão pela qual não houve liquidação. Contou que em 2025 foi adotado um procedimento diferente para o encerramento do exercício financeiro, iniciado por volta do mês de outubro, com o objetivo de viabilizar uma análise mais criteriosa, por parte das secretarias, dos Restos a Pagar não processados, uma vez que esses valores influenciam o Índice de Capacidade de Pagamento - Capag do Município. Disse que, se a despesa foi processada, nada mais justo que deixá-la empenhada, porém não há a necessidade de manter empenhos superiores à média das despesas mensais, porque isso pode gerar a interpretação, por parte do Tribunal de Contas, de que o Município possui obrigações maiores do que efetivamente têm. Informou que foi realizada uma estimativa mais próxima da realidade das despesas e que, com esse método, buscou-se evitar o acúmulo excessivo de Restos a Pagar não processados no encerramento do exercício, que comprometem o resultado financeiro. Explicou que muitos Restos a Pagar acabam sendo cancelados. Na sequência, mostrou a Dívida Consolidada Líquida nos três quadrimestres de 2025 e destacou que o Município tinha um limite global de endividamento de R\$ 1.173.787.216,00 no 1º quadrimestre, R\$ 1.248.319.793,00 no 2º quadrimestre e R\$ 1.329.487.346,00 no 3º quadrimestre. O Secretário **Francisco José Rocha** falou também sobre o Resultado Primário, explicando que é a diferença entre as Receitas e as Despesas não financeiras, e disse que, embora o do 3º quadrimestre tenha sido de R\$ 4.035.229,00 negativos, o do exercício é de R\$ 127.838.512,00 positivos. Destacou que se esse valor fosse



negativo, com certeza o Município estaria endividado. No quadro seguinte, mostrou a Dívida Fiscal Líquida de R\$ 136.732.069,00 negativos em 2024 e de R\$ 239.680.460,00 negativos em 2025 e também o Resultado Nominal no valor de R\$ 102.948.391,00 negativos, ressaltando que, nesse caso, o número negativo é bom e indica capacidade de pagamento. Ato contínuo, falou das aplicações no Ensino, de 26,53% da Receita de Impostos, estando acima, portanto, do percentual mínimo obrigatório de 25%, e mostrou a utilização dos recursos do Fundeb, de 95,48% do total. Explicou que, de acordo com a legislação, o município tem que investir no mínimo 70% desse recurso nos profissionais do magistério e não pode encerrar o exercício com mais que 10% de saldo de caixa. Nos quadros seguintes, mostrou a aplicação em Saúde, de 26,08% das Receitas de Impostos, estando acima da obrigação mínima de 15%, e mencionou as Despesas com Pessoal nos três quadrimestres de 2025, de 28,99%, 28,25% e 27,21% da Receita Corrente Líquida, destacando que se encontram abaixo do limite máximo de 54% e do limite prudencial de 51,3%. Comentou que as Despesas com Pessoal estão em um nível confortável, mas que o Tribunal de Contas tem pedido que os custos do quadro funcional das Organizações Sociais contratadas sejam incluídos nessa conta. Encerrada a apresentação, disse que o resultado orçamentário de 2025 foi bom, com um empenhamento inferior às Receitas, e que a Administração tem trabalhado para que as pastas identifiquem as reais necessidades e evitem pedidos de suplementação sem a devida despesa correspondente. Disse também que as ações previstas no Plano de Governo apresentam elevado nível de detalhamento, o que pode levar a suplementações que poderiam ser evitadas. Ressaltou que essa prática não é errada, porém não representa a melhor técnica orçamentária, e defendeu um orçamento mais flexível. Para encerrar, disse que a Prefeitura possui um detalhamento que permite identificar onde cada centavo foi aplicado, seja no global, por Secretaria ou por Ação de Governo, e que a apresentação foi sintética, mas que o balanço completo possui mais ou menos quinhentas páginas. O Presidente da audiência, vereador **Sidney Guedes** agradeceu, ressaltando a importância da explanação, e informou que não foram encaminhadas perguntas por meio das redes sociais. Acrescentou que as metas relacionadas à Educação e à Saúde, bem como as Despesas com Pessoal, encontram-se em conformidade e solicitou que a ata da audiência fosse encaminhada posteriormente à Secretaria Municipal de Finanças. Nada mais tendo sido tratado, os trabalhos foram encerrados às 18h41. De tudo o que houve, eu, Gláucia Mariana Cesila Ferreira, Assistente de Gestão Legislativa, lavrei a presente ata, revisada por Erika Regina Leonetti, Especialista em Gestão Legislativa, que, lida e considerada conforme, é assinada pelo vereador que presidiu os trabalhos. Os pronunciamentos constam, na íntegra, dos serviços de gravação da Câmara Municipal, como arquivo permanente. Casa do Poder Legislativo, 27 de fevereiro de 2026.

SIDINEY GUEDES

Vereador e Presidente da Audiência Pública



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Bragança Paulista. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://braganca.siscam.com.br/Documentos/Validate?chave=X123-9SS2-TYV4-KK40>, ou vá até o site <https://braganca.siscam.com.br/Documentos/Validate> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: X123-9SS2-TYV4-KK40